

**DIVISÃO DE SUPRIMENTOS, CONTRATOS E LICITAÇÕES**  
**SUBDIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025**  
**PROCESSO DAAE Nº 4.038 DE 11/11/2025**

**OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA DE FORNECIMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO POR MEIO DE CARTÃO ELETRÔNICO INDIVIDUALIZADO, COM FORNECIMENTO MENSAL.**

**DIVISÃO REQUISITANTE: RECURSOS HUMANOS.**

**LEGISLAÇÃO:** O referido chamamento é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e pelo Decreto Municipal nº 13.554 de 10 de maio de 2024.

**FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL OS ANEXOS ABAIXO:**

- . ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;
- . APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR;
- . MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO;
- . MODELO 01 – SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO;
- . MODELO 02 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;
- . MODELO 03 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU DE REENQUADRAMENTO;
- . MODELO 04 – MODELO DE DECLARAÇÃO – DECLARAÇÕES;
- . MODELO 05 – TERMO DE CONTRATO;
- . MODELO 06 – TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO;
- . MODELO 07 – DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE.

**CONDUÇÃO DO CHAMAMENTO:** Este chamamento será conduzido pela Comissão de Contratação, sob a presidência do primeiro nomeado, composta dos seguintes membros: Denis Gonzales – Matrícula nº 1696 – Elinéia Aparecida Rosa – Matrícula nº 1822 – Flávia Karina Tuda Calafati – Matrícula nº 1499 e equipe de apoio: Natália Cristina de João – nº 1494.

**O DAAE – DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, AUTARQUIA MUNICIPAL,** com sede nesta cidade, localizado na Rua Domingos Barbieri, nº 100, inscrito no CNPJ/MF nº 44.239.770/0001-67 e isento de Inscrição Estadual, neste ato representado por seu Superintendente, o Sr. Wilian Thomaz Marega, torna público, que se encontram abertas as inscrições para o Credenciamento nº 004/2025 – Processo DAAE nº 4.038 de 11/11/2025.

## **1. DO OBJETO**

1.1 – O objeto do presente termo é o **credenciamento de empresas especializadas para prestação de serviços de implantação, organização, gerenciamento e administração de sistema de fornecimento de auxílio alimentação por meio de cartão eletrônico individualizado, com fornecimento mensal**, por um período de 12 (doze) meses.

1.2 – A execução dos serviços deverá respeitar rigorosamente todas as disposições constantes neste Edital e seus Anexos.



## **2. DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA**

2.1 – As despesas decorrentes deste Chamamento correrão por conta dos créditos sob classificação funcional programática nº **03.04.01.1751200312.173** – categoria econômica nº **3.3.90.39.42** do orçamento do DAAE para o exercício 2026.

## **3. DO PRAZO**

3.1 – O presente Chamamento Público terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados **a partir de 03/02/2026**, sendo republicado após 12 (doze) meses, período durante o qual será permitido o cadastramento de novos interessados.

3.2 – O Contrato de credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **4. DA PARTICIPAÇÃO**

4.1 – Poderão participar deste CREDENCIAMENTO, as empresas que cumpram todas as exigências do Termo de Referência, que atendam aos requisitos de Habilitação previstos neste edital.

4.2 – Não poderão participar neste Credenciamento ou participar na execução do contrato, direta ou indiretamente todas as licitantes que se encontram nas condições previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, bem como empresas reunidas em consórcio, conforme artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

4.3 – Também não poderão participar as licitantes que não possuem ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

4.3.1 – As licitantes que estão em regime de decretação de falência ou de insolvência civil ou dissolução da sociedade.

4.4 – Será concedido tratamento diferenciado para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

## **5. DO RECEBIMENTO DO CREDENCIAMENTO**

5.1 – O DAAE – Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara, autarquia com sede nesta cidade, na Rua Domingos Barbieri, nº 100, inscrito no CNPJ sob nº 44.239.770/0001-67 e Isento de Inscrição Estadual torna público que **receberá no horário das 09h00min às 16h45min, na Divisão de Administração - Protocolo**, sito a Rua Domingos Barbieri nº 100, Fonte, Araraquara/SP, documentação para Credenciamento de empresas para prestação de serviços de implantação, organização, gerenciamento e administração de sistema de fornecimento de auxílio alimentação por meio de cartão eletrônico individualizado, com fornecimento mensal.

5.2 – Os documentos de Credenciamento deverão ser apresentados em envelope fechado, opaco, lacrado, indevassável, preferencialmente timbrado ou com o carimbo do CNPJ e com os seguintes dizeres:

**DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO**  
**CREDENCIAMENTO Nº 004/2025 – PROCESSO DAAE Nº 4.038/2025**  
**RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE**  
**CNPJ:**  
**A/C – Comissão de Contratação**

## **6. DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO**

6.1 – Os participantes deverão apresentar a seguinte documentação:

### **I – HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

a) Qualquer documento que comprove a sua existência jurídica:

a<sub>1</sub>) Registro empresarial a Junta Comercial, no caso de empresário individual;

a<sub>2</sub>) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

a<sub>3</sub>) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;

a<sub>4</sub>) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

a<sub>5</sub>) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

## II – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda FEDERAL, aceitando-se, neste caso, a certidão conjunta expedida pela Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 03/2007, a qual engloba a prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);

d) Regularidade perante FAZENDA ESTADUAL (Débitos Inscritos), relativo ao domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;

d<sub>1</sub>) Caso a licitante seja isenta dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede da mesma, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Regularidade perante a FAZENDA MUNICIPAL referente aos tributos mobiliários, relativo ao domicílio ou sede da licitante;

f) Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

g) Regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas), nos termos da Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011.

. As CND apresentadas deverão ser: NEGATIVA ou POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA.

f) **DECLARAÇÃO** Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal (Modelo 02).

## III – HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art.

69, *caput*, inciso II);

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis ***dos 02 (dois) últimos exercícios sociais*** ou, no caso de a pessoa ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos, ao último exercício;

c) Com relação aos documentos exigidos no item anterior, serão aceitos, na forma da lei, balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

c<sub>1</sub>) Para as Pessoas Jurídicas regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedades Anônimas – S/A): apresentar Balanço, devendo ainda ser apresentada a publicação do recibo do SPED ou do resumo em jornais de grande circulação e/ou em sítios oficiais, observando qualquer outra obrigação constante na legislação aplicável, conforme cada caso;

c<sub>2</sub>) Para as Pessoas Jurídicas em geral: apresentar cópia do Balanço e Demonstrações de Resultado do Exercício Contábil – DRE, com os Termos de Abertura e Encerramento (todos extraídos do Livro Diário físico ou de Livro Digital – desde que admitido na junta comercial de seu Estado e que atenda às formalidades inerentes ao arquivamento dos livros contábeis nas formas da legislação aplicável), devidamente Registrados na Junta Comercial ou no Cartório de Registro (no caso das Sociedades Simples) da sede ou domicílio da licitante;

c<sub>3</sub>) Para as Pessoas Jurídicas criadas no exercício em curso ou com criação em período anterior ao limite exigido para registro legal do Balanço completo: deverão apresentar cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro;

c<sub>4</sub>) Para as Pessoas Jurídicas sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06 (Microempreendedor Individual, Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Cooperativa de Consumo): devem atender às mesmas regras dispostas nas alíneas “c<sub>2</sub>” e “c<sub>3</sub>” acima, não sendo aceitos “balanços ou contabilidades simplificadas”;

c<sub>5</sub>) Para as Pessoas Jurídicas optantes ou obrigadas à Escrituração Contábil Digital (ECD), parte integrante do SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), nos termos dos Decretos nº 6.022 de 22/01/2007, nº 8.683 de 25/08/2016, e nº 9.555 de 06/11/2018; da Instrução Normativa RFB Nº 2003 de 18/01/2021, alterações destas e demais legislações aplicáveis: devem apresentar o Balanço e a Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento e com o Recibo de Entrega emitido pelo SPED com o mesmo código de autenticação do rodapé dos demais documentos apresentados para que seja possível verificar a autenticidade das informações apresentadas.

**d) O balanço patrimonial deverá conter as assinaturas dos sócios e do contador responsável e/ou de técnico em contabilidade, nos moldes do disposto no art. 12, §§ 1º e 2º do Decreto-Lei Federal n. 9295/1946;**

e) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos, os documentos referidos nas letras ‘c’ e ‘d’ limitar-se-ão ao último exercício.

#### **IV – HABILITAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL**

a) Para a comprovação da **CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL**, a credenciada deverá apresentar 01 (um) ou mais atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto deste credenciamento, que correspondem em aproximadamente 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do objeto contratual, admitindo-se a somatória de atestados concomitantes, inclusive tendo como parcela de maior relevância:

*. Gerenciamento e administração de sistema de fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartão eletrônico.*

## V - OUTRAS COMPROVAÇÕES / INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Solicitação de Credenciamento (Modelo 01);

b) Indicação do representante legal da interessada, com a respectiva documentação (procuração ou documento equivalente, inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, inscrição no Registro Geral do Instituto de Identificação – Carteira de Identidade), para praticar todos os atos necessários em nome da empresa, em todas as etapas deste Credenciamento, e para o exercício de direitos e assunção de obrigações decorrentes do Termo de Credenciamento advindo desse processo;

c) **APRESENTAR A PROPOSTA COMERCIAL** que deverá conter os seguintes dados:

c<sub>1</sub>) Dados cadastrais da Licitante: Razão Social, CNPJ, Inscrição Estadual, Endereço completo, Telefone e E-mail;

c<sub>2</sub>) Apresentar os preços unitários e totais para cada item que compõem o lote, e os centavos dos preços unitários não poderão ser superior a 02 (duas) casas decimais;

c<sub>3</sub>) Constar dados relativos à conta corrente: Banco, Agência e nº da Conta, em nome da Licitante;

d) **APRESENTAR** Declaração de Enquadramento para ME ou EPP, caso a licitante tenha declarado que é beneficiária da LC 123/2023 (**Modelo 03**). *Deverão apresentar também:*

d<sub>1</sub>) Quando optante pelo Simples Nacional: comprovante da opção pelo Simples obtido no site da Secretaria da Receita Federal;

d<sub>2</sub>) Quando não optante pelo Simples Nacional: Declaração de Imposto de Renda ou Balanço Patrimonial e Demonstração do resultado do exercício-DRE, ou ainda registro do Estatuto ou Ato Constitutivo na Junta Comercial, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ou ainda comprovante da Junta Comercial, ou ainda certidão expedida pela Junta Comercial;

d<sub>3</sub>) a participação nas condições previstas acima resulta no reconhecimento de não se encontrar em nenhuma das situações previstas no parágrafo quarto do art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

**d<sub>4</sub>) A NÃO COMPROVAÇÃO DESTES ITENS, NÃO IMPEDIRÁ A LICITANTE EM PARTICIPAR DESTES CERTAMES, MAS FICARÃO VEDADOS OS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.**

e) **APRESENTAR** o modelo de Declaração (Modelo 04);

6.2 – Nos casos onde as declarações solicitadas nas alíneas ‘a’, ‘b’, ‘c’, ‘d’ e ‘e’ forem assinadas de forma digital, deverá a empresa encaminhar cópia do certificado digital/relatório que comprove a validade da assinatura.

6.3 – Os documentos que não possuem prazo de validade, somente serão aceitos com data não excedente a 06 (seis) meses de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

6.4 – Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, cópias autenticadas por cartório competente, pela Comissão de Contratação mediante apresentação dos originais, por meio de publicação em órgão da imprensa oficial e, também aqueles expedidos via Internet, preferencialmente encadernados ou preparados em pasta, para que não existam documentos soltos.



6.5 – Os documentos expedidos através da Internet, e inclusive, aqueles outros apresentados, terão sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da Comissão de Contratação.

6.6 – Os documentos apresentados por qualquer proponente, se expressos em língua estrangeira, deverão ser autenticados por autoridade brasileira no país de origem e traduzidos para o português por tradutor público juramentado.

## **7. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO**

7.1 – Será procedida a abertura do envelope contendo os Documentos de Habilitação constante no item 06 deste edital. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação, a licitante será CREDENCIADA.

## **8. DA APRESENTAÇÃO DAS EMPRESAS CREDENCIADAS**

8.1 - As empresas CREDENCIADAS/CONTRATADAS, deverão encaminhar digitalmente à Divisão de Recursos Humanos da CONTRATANTE ([grh@daae-araraquara.com.br](mailto:grh@daae-araraquara.com.br)) no prazo de 03 (três) dias úteis da comunicação do credenciamento pela equipe de contratação, **folders, apresentação em slides ou vídeo institucional com a finalidade de apresentar as vantagens e diferenciais para serem analisadas pelos servidores a fim de que possam tomar ciência da CREDENCIADA para futura escolha.**

8.1.1 – As empresas que não enviarem a documentação no prazo estipulado, não serão passíveis de análise e escolha pelos servidores.

8.2 – Após as empresas Credenciadas Habilitadas encaminharem os materiais, eles serão distribuídos aos servidores para análise das propostas.

8.2.1 – Cada servidor poderá escolher a CREDENCIADA que mais lhe interessar.

8.2.2 – Após a escolha da empresa de sua preferência, os servidores só poderão realizar a troca de empresa após 12 meses de vigência do contrato.

8.2.3 – Os servidores que não fizerem a opção dentro do prazo estabelecido pela CONTRATANTE, serão distribuídos de forma igualitária entre as demais empresas CREDENCIADAS.

## **9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

9.1 – A(s) empresa(s) prestadora(s) serão selecionadas por meio da realização de CHAMAMENTO PÚBLICO, na modalidade CREDENCIAMENTO, sob a forma eletrônica, com adoção do CRITÉRIO DE ESCOLHA POR TERCEIROS, ou seja, pelos servidores do Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara, nos termos do art. 79, inciso II da Lei nº 14.133/2021 e art. 15, do Decreto Municipal nº 13.554/2024.

## **10. DOS RECURSOS**

10.1 – Em caso de indeferimento da solicitação de credenciamento caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da publicação da decisão de indeferimento no Diário Oficial do Município – [www.araraquara.sp.gov.br/atosoficiais](http://www.araraquara.sp.gov.br/atosoficiais).

10.2 – O recurso deverá ser interposto perante a autoridade que prolatou a decisão, sendo-lhe facultado retratar-se no prazo de 03 (três) dias úteis, caso em que poderá pedir a complementação da documentação ou esclarecimento sob pena de novo indeferimento.

10.3 – Se a decisão recorrida for mantida, o recurso será encaminhado para julgamento da autoridade superior responsável pelo certame.



10.4 – As razões de recursos, só serão recebidas se interpostas por documento original, dirigido a Autoridade que proferiu a decisão, devidamente protocolado na Divisão de Administração do DAAE – Araraquara, em sua Subdivisão de Patrimônio e Expediente e desde que obedecido os respectivos prazos legais.

10.5 – As razões recursais poderão ser apresentadas em formato eletrônico, desde que sejam endereçadas para o seguinte e-mail: [protocolo@daae-araraquara.com.br](mailto:protocolo@daae-araraquara.com.br).

## **11. DA CONTRATAÇÃO**

11.1 – Para a realização da contratação dos credenciados, a Administração promoverá o processo de Inexigibilidade de Licitação, prevista no inciso IV do art. 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, observando o disposto no art. 72 da referida Lei.

## **12. DOS PREÇOS**

12.1 – Nos preços propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra especializada, materiais, equipamentos, encargos, leis sociais, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços, objeto desta licitação.

12.2 – O reajuste contratual dar-se-á na medida em que o auxílio-alimentação for reajustado pela Administração Municipal.

## **13 – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

13.1 – O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de celebração do contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2 – A execução dos serviços, objeto deste credenciamento deverá respeitar rigorosamente todas as disposições constantes do Edital, Termo de Referência e demais anexos.

## **14. DA RENÚNCIA AO CREDENCIADO**

14.1 – O pedido de descredenciamento pelo interessado, sem a aplicação de penalidades administrativas, poderá se dar antes da assinatura do contrato, ou relativamente a novos contratos com o mesmo objeto.

14.2 – O descredenciamento por ato da administração pública poderá se dar dentre outras hipóteses condizentes com o objeto do credenciamento:

- a) por desinteresse da administração no objeto, devidamente fundamentado no processo administrativo respectivo;
- b) por descumprimento das condições mínimas para a contratação por parte dos credenciados;
- c) pela rescisão do contrato decorrente do credenciamento por culpa do credenciado;
- d) pela aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar com a administração pública OU Declaração de Inidoneidade.

14.3 – A ausência de manutenção das condições iniciais, o descumprimento das exigências deste edital ou do contrato ou da legislação pertinente poderá ensejar o descredenciamento do interessado, observado o contraditório e a ampla defesa.

## **15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 – A inscrição de interessados no credenciamento implica a aceitação integral e irrestrita de todas as condições estabelecidas neste Edital de Credenciamento.

15.2 – Durante a vigência deste edital, incluídas as suas republicações, o DAAE poderá convocar os credenciados para nova análise de documentação, quando serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando do credenciamento do interessado, especialmente para a assinatura do contrato.

15.3 – O Credenciado será responsabilizado administrativamente caso cometa alguma das infrações dispostas no Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

15.4 – Caso o Credenciado cometa as infrações previstas no Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções previstas no Artigo 156 da mesma lei.

15.5 – As sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

15.6 – Dos tipos de multa:

15.6.1 – **MORATÓRIA:** Pelo atraso injustificado, a critério da Administração, na execução do contrato, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato.

15.6.2 – **COMPENSATÓRIA:** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida do contrato.

15.7 – Na aplicação das penas de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar e Contratar, a Contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis contados de sua intimação para apresentar sua defesa.

15.8 – O recurso que trata o item anterior será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à Autoridade Superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

15.9 – Da aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, e decididos no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

15.10 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

## 16. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

16.1. Os serviços objeto deste Credenciamento incluem todas as taxas ou despesas adicionais, tais como transporte, frete, carga, descarga de equipamentos, funcionários, e demais despesas. Qualquer item não mencionado será considerado como incluído nos valores dos serviços.

16.2. Nos valores dos serviços deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra especializada, materiais, equipamentos, encargos, leis sociais, BDI, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços, objeto deste Credenciamento.

16.3. O reajuste contratual dar-se-á na medida em que o auxílio-alimentação for reajustado pela Administração Municipal.





16.4. A Nota Fiscal Eletrônica/Fatura deverá ser emitida no CNPJ e razão social da CREDENCIADA/CONTRATADA, conforme documentação apresentada no Processo de Credenciamento, destacando em seu corpo o número de contrato/empenho, a modalidade licitatória e o número do Processo.

16.5. A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada para os seguintes e-mails: [ulfp@daae-araraquara.com.br](mailto:ulfp@daae-araraquara.com.br) e [grh@daae-araraquara.com.br](mailto:grh@daae-araraquara.com.br).

16.6. Também vinculada à fatura, a CREDENCIADA/CONTRATADA deverá destacar no corpo da Nota Fiscal as seguintes retenções: ISSQN, INSS e IRPJ, quando estas forem obrigatórias. Em caso negativo, a CREDENCIADA/CONTRATADA deverá apresentar declaração formal de que é beneficiária de tais isenções.

16.7. Os pagamentos serão efetuados no 5º (quinto) dia útil após a aprovação da Nota Fiscal/Fatura pelo Ordenador de Despesas.

16.8. O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, devendo a CREDENCIADA/CONTRATADA informar o número do banco, da agência e da conta bancária, ou através de banco credenciado.

16.9. Correrão por conta da CREDENCIADA/CONTRATADA todas as despesas relativas à execução do presente Contrato, cabendo ao CONTRATANTE exclusivamente o pagamento da importância contratada.

16.10. No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da CONTRATANTE, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

## **17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 – As normas que disciplinam este Credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do futuro contrato.

17.2 – É facultada à Comissão de Contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase deste credenciamento, a promoção de diligência conforme regra prevista no artigo 64 da lei federal nº 14.133/2021.

17.3 – A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar este Credenciamento em face de razões de interesse públicos, conveniência e oportunidade ou fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

17.4 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem prazos em dias de expediente no DAAE.

17.5 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão de Contratação em contrário.

17.6 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.7 – Os casos omissos serão solucionados com base na legislação federal vigente e nos princípios gerais de direito.

17.8 – Este Edital e seus Anexos, bem como as propostas das proponentes adjudicatárias, farão parte integrante do Contrato, independente de transcrição.



17.9 – O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Araraquara, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

Araraquara (SP), 30 de janeiro de 2026.

Wilian Thomaz Marega  
Superintendente



### MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

Após a análise dos documentos apresentados, considerando que foram atendidos os requisitos de habilitação, ratifico o **CREDENCIAMENTO** da empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ e com Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente Termo, para implantação, organização, gerenciamento e administração de sistema de fornecimento de auxílio alimentação por meio de cartão eletrônico individualizado, com fornecimento mensal.

#### DADOS DO CREDENCIAMENTO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

ENDEREÇO:

CIDADE:

CEP:

TELEFONE:

E-MAIL:

Araraquara (SP), xx de xxxxxxxx de 2025

Wilian Thomaz Marega Superintendente	Sr. _____ Represente Legal
---	-------------------------------

Testemunhas: 1.)

2.)



**Observação:** Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra em papel timbrado da empresa

**MODELO 01**

**SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025**  
**PROCESSO DAAE Nº 4.038 DE 11/11/2025**

Ao  
Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ e com Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, E-mail: \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, vem por meio deste solicitar o seu **CREDENCIAMENTO**, junto ao DAAE – Araraquara, apresentando todos os documentos exigidos no Edital e informando que prestará os serviços de implantação, organização, gerenciamento e administração de sistema de fornecimento de auxílio alimentação por meio de cartão eletrônico individualizado, com fornecimento mensal.

Dados do Representante que assinará o Termo de Contrato ou outro instrumento equivalente:

Nome Completo:  
RG nº  
CPF nº  
E-mail:  
Telefone:

Araraquara (SP), xx de xxxxxxxx de 2025

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/Procurador  
Cargo do responsável/procurador  
Nº do documento de identidade



**OBS: esta declaração deverá ser original e em papel timbrado da empresa**

**MODELO 02**

**DECLARAÇÃO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ARTIGO 7º DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025**  
**PROCESSO DAAE Nº 4.038 DE 11/11/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, com sede no endereço (preencher com endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx e com Inscrição Estadual nº xxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, (cargo), portador(a) da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, **DECLARA** sob as penas da Lei, que: cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos do art. 68, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz.

Data

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade

Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



**OBS: esta declaração deverá ser original e em papel timbrado da empresa**

**MODELO 03**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU DE REENQUADRAMENTO**

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025**  
**PROCESSO DAAE Nº 4.038 DE 11/11/2025**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, por meio de seu Representante Legal, Sr. \_\_\_\_\_, e Contador ou Técnico em Contabilidade, **DECLARA**, sob as penas da lei, que a empresa, na presente data, é considerada:

- ( ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;
- ( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006;
- ( ) **REENQUADRAMENTO**.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declara a observância deste limite, apresentando a relação de contratos firmados com a Administração Pública, no presente exercício:

Nº	Órgão Contratante	Modalidade	Objeto	Nº Contrato ou Nota de Empenho	Valor Contratado	Data Assinatura
01						
02						
03						
04						

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

**ASSINATURA DO RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE**  
**(SE PROCURADOR, ANEXAR CÓPIA DA PROCURAÇÃO AUTENTICADA OU COM O ORIGINAL)**

\_\_\_\_\_  
**NOME COMPLETO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE E ASSINATURA DO CONTADOR OU TÉCNICO EM CONTABILIDADE DA EMPRESA.**





**OBS.: esta declaração deverá ser no original e em papel timbrado da empresa**

**MODELO 04**

**DECLARAÇÕES**

AO

Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara

**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025**  
**PROCESSO DAAE Nº 4.038 DE 11/11/2025**

A empresa (RAZÃO SOCIAL COMPLETA), com sede no endereço (preencher com endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx e com Inscrição Estadual nº xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representado pelo (a) Sr.(a). \_\_\_\_\_, (cargo) \_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG nº xxxxxxxxxxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

- a) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- b) Sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021;
- c) Não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 156 inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei, conforme previsto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- e) Cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos do art. 68, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021;

Obs.: em caso afirmativo, assinalar a ressalva abaixo.

( ) Ressalva: emprega menor, a partir de catorze anos, na condição de aprendiz.

f) Em atendimento a Lei Federal nº 13.709/2018 e as exigências estabelecidas pela Lei Complementar nº 131/2009, **AUTORIZA**, em razão da participação no Processo Licitatório, o **DAAE – Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 44.239.770/0001-67, com sede à Rua Domingos Barbieri nº 100, em Araraquara (SP), dispor das informações apresentadas nos documentos necessários à sua participação no certame, bem como a de seus representantes legais, que ficarão arquivadas nos autos do processo licitatório para atendimento das exigências legais.

Data

\_\_\_\_\_  
Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
N.º do documento de identidade

**MODELO 05**

**MINUTA DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº \_\_\_\_/2026**

**O DAAE – DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA**, autarquia municipal com sede nesta cidade, na Rua Domingos Barbieri, nº 100, Fonte, inscrito no CNPJ sob nº 44.239.770/0001-67, neste ato representado pelo Superintendente, o Sr. Wilian Thomaz Marega, portador da cédula de identidade RG nº 20.662.606 e inscrito no CPF nº 167.048.498-07, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, no Município de \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_, telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob nº \_\_\_\_\_ e com Inscrição Estadual nº \_\_\_\_\_, neste ato representado pelo seu \_\_\_\_\_, Sr. \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **TERMO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO**, decorrente do **Chamamento Público nº 004/2025 – Processo DAAE 4.038 de 11/11/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente Termo tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, ORGANIZAÇÃO, GERENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMA DE FORNECIMENTO DE AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO POR MEIO DE CARTÃO ELETRÔNICO INDIVIDUALIZADO, COM FORNECIMENTO MENSAL, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.**

1.2 – Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1 – O Termo de Referência;
- 1.2.2 – O Edital do Credenciamento que antecedeu a Inexigibilidade;
- 1.2.3 – A Proposta da Contratada;
- 1.2.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1- A Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis após ser notificada, para assinar o contrato, após o que, não comparecendo será considerada desclassificada e punida com multa de 10% (dez por cento) do valor total contratado, sendo convocada a próxima licitante, de acordo com a ordem de classificação.

2.2 – O prazo previsto no parágrafo anterior poderá ser prorrogado 01 (uma) vez por igual período, mediante solicitação da Contratada, durante seu transcurso, devidamente justificado e, desde que o motivo apresentado seja aceito pela Contratante.

**2.3 – A vigência deste contrato é de 12 (doze) meses contados de sua data de celebração, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133 de 2021.**

2.4 – A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela Autoridade Competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Contratante, permitido a negociação com a Contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Contratante mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da Contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a Contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.5 – A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6 – A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.7 – Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8 – O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedido de licitar e contratar com poder público, conforme entendimento estabelecido na Súmula nº 51 do TCE/SP.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – SUBCONTRATAÇÃO**

3.1 – Não será permitida a subcontratação do objeto deste contrato

### **CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

4.1 – A Contratada será responsável pelas validações das transações e recargas mensais dos créditos, permitindo aos servidores a aquisição de gêneros alimentícios essenciais, em estabelecimentos comerciais conveniados com o serviço de auxílio-alimentação, nas seguintes quantidades:

- 4.1.1 - no mínimo 120 (cento e vinte) estabelecimentos comerciais (supermercados, mercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, entre outros), conveniados e ativos no município de Araraquara;
- 4.1.2 - no mínimo 100 (cem) estabelecimentos comerciais (supermercados, mercados, mercearias, açougues, hortifrutigranjeiros, entre outros) credenciados e ativos no raio de 100 km da sede da Autarquia;
- 4.1.3 - no mínimo 3 (três) estabelecimentos do tipo hipermercados, atacadistas, atacarejos, de grupos diferentes, credenciados e ativos no raio de 100 km da sede da Autarquia, sendo que 2 (dois) deles deverão estar no município de Araraquara.

4.2 – A Contratada poderá, respeitando as quantidades determinadas acima, credenciar os estabelecimentos livremente dentre as opções disponíveis.

4.3 - O pagamento desses gêneros alimentícios será operacionalizado por meio de arranjo de pagamento, conforme estabelecido no caput e inciso I do art. 6º da Lei nº 12.865/2013, por intermédio de cartões com tecnologia de chip eletrônico de segurança, sistema de controle de saldo e senha numérica pessoal e intransferível para validação das transações eletrônicas.

4.4 - O valor individual do auxílio-alimentação a ser repassado à contratada será sempre determinado mediante Lei Municipal, sendo certo que a alteração desse valor somente poderá ser realizada mediante determinação expressa da Autarquia.

4.5 - O quantitativo estimado de servidores beneficiários do auxílio-alimentação para esta contratação é de 660. O número de servidores beneficiários diretos poderá variar mensalmente devido a novas contratações e desligamentos ao longo da vigência contratual.

4.6 - Estima-se a disponibilização de um crédito mensal para cada cartão eletrônico emitido.

4.7- A taxa de administração fixada é de 0,00% (zero por cento), considerando as disposições do Decreto nº 10.854/2021 e da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a apresentação de taxa negativa. Não poderão ser cobrados custos para emissão, reemissão, entrega, estorno ou recarga de cartões alimentação.

4.8 – A Contratada deverá credenciar e manter sempre, no mínimo, em pleno funcionamento, durante toda a vigência do contrato, os estabelecimentos comerciais conforme item 4.1 em todas as localidades exigidas neste.

4.8.1 - Os estabelecimentos que não atendam as condições exigidas neste Contrato deverão ser substituídos, devendo a Contratada inclusive, manter, ampliar, fiscalizar e organizar a rede de credenciados.

4.8.2 - Deverá a Contratada manter nos estabelecimentos credenciados, identificação de sua adesão ao sistema, em local de fácil visualização, assim como manter atualizada a relação de estabelecimentos filiados ou credenciados ao sistema.

4.9 - A comprovação da rede credenciada (relação nominal e quantidades de estabelecimentos, contendo razão social, nome fantasia, CNPJ e endereço completo) deverá ser apresentada no momento da assinatura do contrato.

4.9.1 - A lista atualizada também deverá constar no sítio eletrônico da Contratada para acesso pelo usuário mediante login pessoal e intransferível.

4.9.2 - A Contratada deverá propiciar o credenciamento de novos estabelecimentos interessados, bem como comunicar imediatamente à Contratante qualquer descredenciamento de estabelecimento e providenciar substituição por estabelecimento de igual tipo em condição igual ou superior, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

**5.1 – O valor total estimado para os serviços é de R\$ 7.833.840,00 (sete milhões, oitocentos e trinta e três mil, oitocentos e quarenta reais) para o período de 12 (doze) meses, e o valor mensal estimado será de R\$ 652.820,00 (seiscentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e vinte reais).**

**5.1.1 - O pagamento será realizado de acordo com o número de servidores vinculados a cada empresa credenciada.**

5.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos de qualquer natureza, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, BDI, além do lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



5.3 – O reajuste contratual dar-se-á na medida em que o auxílio-alimentação for reajustado pela Administração Municipal.

## **CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO**

6.1 - Nos valores dos serviços deverão estar inclusos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: mão de obra especializada, materiais, equipamentos, encargos, leis sociais, BDI, transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com a prestação dos serviços, objeto deste Credenciamento.

6.2 - O reajuste contratual dar-se-á na medida em que o auxílio-alimentação for reajustado pela Administração Municipal.

6.3 – A Nota Fiscal/ Fatura deverá ser emitida no CNPJ e razão social da CONTRATADA e ser protocolada mediante ofício dirigido à Superintendência. Tanto na Nota Fiscal como no ofício deverá ser destacado o número do contrato, a modalidade licitatória e o número da licitação.

6.4 - A Nota Fiscal Eletrônica deverá ser encaminhada para os seguintes e-mails: [ulfp@daaeararaquara.com.br](mailto:ulfp@daaeararaquara.com.br) e [grh@daaeararaquara.com.br](mailto:grh@daaeararaquara.com.br).

6.5 - A Contratada deverá destacar no corpo da Nota Fiscal as seguintes retenções: **ISSQN, INSS e IRPJ**, quando estas forem obrigatórias. Em caso negativo, deverá ser apresentada uma declaração formal de que é beneficiária de tais isenções.

**6.6 - Os pagamentos serão efetuados no 5º (quinto) dia útil após a aprovação da Nota Fiscal pelo Ordenador de Despesas.**

6.7 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, devendo a Contratada informar o número do banco, da agência e da conta bancária, ou através de banco credenciado.

6.8 – Correrão por conta da Contratada todas as despesas relativas à execução do presente contrato, cabendo à Contratante exclusivamente o pagamento da importância contratada.

6.9 – No caso de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Contratante, sendo este superior a 30 (trinta) dias, o valor devido será corrigido com base na variação do IPCA/IBGE.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

7.1 – São obrigações da Contratante:

7.1.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.3 – Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

7.1.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

7.1.5 – Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.6 – Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma estabelecida na cláusula sexta deste contrato;

7.1.7 – Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste contrato;

7.1.8 – Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.1.8.1 – indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

7.1.8.2 – fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pela Contratada;

7.1.8.3 – estabelecer vínculo de subordinação com funcionário da Contratada;

7.1.8.4 – definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

7.1.8.5 – demandar a funcionário da Contratada a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

7.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Contratante na gestão interna da Contratada.

7.1.9 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

7.1.10 – A Contratante terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

7.1.11 – Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis;

7.1.12 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

7.1.13 – Comunicar a Contratada na hipótese de posterior alteração do projeto pela Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2 - A Contratante encaminhará a Contratada arquivo digital contendo os dados dos usuários dos cartões/créditos, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, sendo responsabilidade da Contratada inserir esses dados no sistema próprio para pedidos dos cartões, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da informação prestada pela Contratante.

7.3 – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1 – A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.



8.2 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

8.3 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

8.4 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

8.5 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.

8.6 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

8.7 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

8.8 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

8.9 – Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados.

8.10 – Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho.

8.11 – Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados.

8.12 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente.

8.13 – Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008.

8.14 – Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

8.15 – Manter preposto aceito pela Contratante para representá-lo na execução do contrato.

8.16 – A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.17 – Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato.

8.18 – Assegurar aos seus trabalhadores ambientes de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho.

8.19 – Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado.

8.20 - A confecção do cartão pela Contratada deverá ser realizada de forma personalizada, devendo constar os seguintes dados:

- Denominação da Autarquia (DAAE ARARAQUARA);
- Nome por extenso do servidor;
- Validade de 05 (cinco) anos, devendo constar mês e ano de referência;
- Número sequencial de controle individual.

8.20.1 - O cartão magnético deverá ser atribuída senha de, no mínimo, 04 (quatro) dígitos.

8.20.2 - O fornecimento da primeira via do citado cartão não terá custo algum a Contratante.

8.21 – A Contratada está ciente de que o valor global estimado poderá majorar ou minorar uma vez que, ao longo da vigência do contrato, o número de servidores e o valor do benefício poderão sofrer alterações.

8.22 – A Contratada deverá disponibilizar aplicativo mobile para smartfone compatível com os sistemas operacionais Android e IOS (todas as versões) e/ou sitio na internet, em que, por meio de acesso a ambiente seguro (login e senha), os usuários dos cartões possam ter acesso às seguintes funcionalidades:

- a) consulta de saldo, extrato e consumo médio diário;
- b) bloqueio de cartões em caso de extravio, roubo, furto ou cartão danificado;
- c) geração de nova senha ou troca de senha;
- d) serviço de esclarecimento de dúvidas;
- e) atualização de dados cadastrais.

8.22.1 - A visualização do saldo também deverá ser via comprovante de vendas ou internet.

8.23 - A Contratada deverá dispor de central de atendimento telefônico para atendimento da Contratante, com ligação gratuita ou local.

8.23.1 - Também deverá a Contratada disponibilizar relatórios gerenciais, sempre que for solicitado pela Divisão de Recursos Humanos da CONTRATANTE, contendo, no mínimo: nome do servidor/beneficiário, número do cartão, data e valor da recarga do crédito, local, data e valor da utilização dos créditos pelos usuários/servidores e quantidade de cartões reemitidos por servidores/usuários.

8.24 – A Contratada deverá efetuar o crédito mensal nos cartões magnéticos, rigorosamente no dia contratado e conforme informado pela Contratante, por meio de pedido eletrônico ou outro estabelecido.

8.25 – A Contratada deverá emitir a segunda via dos cartões em caso de apresentar defeito, perda, furto, extravio ou desgaste natural, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a data de solicitação, com a devida transferência do saldo remanescente de benefícios para o novo cartão, sem custo adicional ao contratante e ao servidor. No caso de bloqueio de senha ou troca do cartão, a contratada deverá disponibilizar meios para o devido desbloqueio e ou substituição.

8.26 Os cartões eletrônicos deverão ser encaminhados pela Contratada à sede da Autarquia, devidamente identificados e qualificados, em até 10 (dez) dias corridos a partir da expedição da ordem de serviço realizada pela Contratante. O prazo para a primeira entrega dos cartões com as respectivas senhas será de, no máximo, 10 (dez) dias corridos, devendo serem entregues em envelopes lacrados, contendo no lado externo o nome do servidor, com manual básico de utilização e o cartão bloqueado.

8.26.1 - Os cartões deverão ser entregues pela CONTRATADA no endereço: Rua José Parisi, nº 529 – Vila Velosa – Araraquara/SP – CEP 14.806-000, (A/C: Divisão de Recursos Humanos).

8.26.2 - O desbloqueio dos cartões deverá ser feito através de central de atendimento telefônico ou via internet, atestando assim a confirmação do recebimento do cartão pelo próprio usuário/servidor.

8.27 – A Contratada responderá pelos danos e prejuízos decorrentes de paralisações nos fornecimentos, salvo ocorrência de caso fortuito, ou força maior, apurados na forma da legislação vigente.

8.28 – A Contratada deverá responder a todas as obrigações fiscais, penais, trabalhistas, etc, definidas pela legislação, recolhendo todos os tributos devidos e demais custos indiretos necessários à produção e ao fornecimento do auxílio-alimentação.

8.29 – A Contratada deverá dispor de meios tecnológicos de segurança tornando a utilização dos cartões segura aos servidores.

8.30 - No caso de troca de cartão magnético inicialmente oferecido pela Contratada por novos, por qualquer motivo alheio à vontade da Contratante, ou ainda, se a Contratada ou seus credenciados adotarem outros meios tecnologicamente adequados para a prestação dos serviços, os custos não serão repassados para a Contratante ou servidores.

8.31 - O valor individual do auxílio-alimentação será sempre determinado pela legislação municipal, sendo certo que a alteração desse valor somente poderá ser realizada mediante determinação expressa da Contratante.

8.32 - A Contratada deverá manter, nos estabelecimentos credenciadas e/ou afiliadas à sua rede, indicação de adesão por meio de placas, selos identificadores ou adesivos.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

9.1 – As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 – A Contratante deverá ser informada no prazo de 05 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela Contratada.

9.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da Contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 – É dever da Contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 – A Contratada deverá exigir de Suboperadores e Subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 – A Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a Contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 – A Contratada deverá prestar, no prazo fixado pela Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 – Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

10.1 – O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

11.1 – A **fiscalização contratual** será efetuada pela Servidora Márcia Maria Dias – Matrícula nº 1612, nomeada pela Divisão de Recursos Humanos.

11.2 – A **gestão contratual** será efetuada pela Servidora Gisele Fernanda Sgarbi Mello – Matrícula nº 1695 chefe da Divisão de Recursos Humanos, responsável por toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do cumprimento **satisfatório** do contrato.

11.3 – Na ausência dos servidores acima, ficam designados como substitutos os servidores:

a) GESTOR DO CONTRATO o Servidor Fernando Rodrigo Gorla – Matrícula nº 1374,

b) FISCAL DO CONTRATO a Servidora Andreza Aparecida Raphael – Matrícula nº 1614.

11.4 – O regime de execução contratual, modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência anexo a este contrato

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES E MULTAS**

12.1 – A Contratada será responsabilizada administrativamente caso cometa alguma das infrações dispostas no Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2 – Caso a Contratada cometa as infrações previstas no Artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão aplicadas as sanções previstas no Artigo 156 da mesma lei.

12.3 – As sanções de Advertência, Impedimento de Licitar e Contratar e Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar, poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

12.4 – Dos tipos de multa:

12.4.1 – **MORATÓRIA:** Pelo atraso injustificado, a critério da Contratante, na execução do contrato, a multa será de 0,2% (dois décimos por cento) por dia até 30 (trinta) dias e 0,4% pelo que exceder a 30 dias até 60 (sessenta) dias, calculados sobre o valor do contrato.

12.4.2 – **COMPENSATÓRIA:** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a multa será de 10% (dez por cento) do valor correspondente à parte não cumprida do contrato.

12.5 – Na aplicação das penas de Advertência, Multa e Impedimento de Licitar e Contratar, a Contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis contados de sua intimação para apresentar sua defesa.

12.6 - Da aplicação da sanção de Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

12.7 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2 – A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3 – As supressões resultantes de acordo celebradas entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO**

14.1 – Nos casos de extinção do contrato serão observados os dispostos nos Artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal no 14.133/2021.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SUSTENTABILIDADE**

15.1 – Em observância ao princípio do disposto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, a Contratada se compromete a adotar práticas que ajudem a promover o desenvolvimento sustentável durante toda a vigência contratual.

15.2 – A Contratada deverá observar, sempre que possível e aplicável, os seguintes princípios e práticas sustentáveis:

15.2.1 – **Uso de materiais com menor impacto ambiental:** Priorizar o uso de materiais e produtos que agredam menos o meio ambiente. Isso inclui, por exemplo, materiais que podem ser reciclados, usados

novamente, que se decompõem na natureza (biodegradáveis) ou que possuem alguma certificação ambiental, mostrando que foram produzidos de forma responsável;

**15.2.2 – Redução do consumo de recursos naturais:** Fazer um esforço para usar menos energia elétrica, menos água e papel. O objetivo é economizar esses recursos que são tão importantes e, muitas vezes, limitados;

**15.2.3 – Destinação adequada de resíduos:** Dar o destino certo para os resíduos que forem gerados durante a execução do contrato, de acordo com as leis ambientais. Isso significa separar o lixo, reciclar o que for possível e descartar o restante de maneira que não prejudique o meio ambiente. Em caso de obras, apresentar o PGRCC;

**15.2.4 – Preferência por matérias e equipamentos eficientes:** Quando for o caso, escolher materiais e equipamentos que tenham selos de eficiência energética (como Procel, Compet, Ence, entre outros). Além disso, seguir as diretrizes das normas que o DAAE já utilizada, buscando sempre o melhor desempenho com o menor impacto;

**15.2.5 – Adoção de medidas de acessibilidade e inclusão social:** Ir além do ambiental, implementando ações que garantam que pessoas com deficiência possam acessar os locais e serviços (acessibilidade) e que todos sejam incluídos na sociedade;

**15.2.6 – Respeito à legislação:** Cumprir todas as leis ambientais, trabalhistas e de segurança no trabalho. É fundamental que a empresa opere dentro das normas, protegendo tanto o meio ambiente quanto seus funcionários.

**15.3 – Relatório de ações sustentáveis:** Quando o DAAE pedir, a Contratada deverá apresentar um plano ou um relatório que mostre as ações sustentáveis que ela adotou durante o contrato, incluindo provas e documentos que comprovem essas ações. Isso serve para acompanharmos o cumprimento das metas.

**15.4 – Consequências do descumprimento:** Se a Contratada não cumprir essas obrigações de sustentabilidade sem uma boa justificativa, ela poderá sofrer as penalidades que estão previstas nos artigos 151 a 181 da Lei nº 14.133/2021. Além disso, o contrato poderá ser cancelado. Ou seja, o compromisso com a sustentabilidade é sério e deve ser levado a rigor.

**15.5 – À fiscalização contratual:** Monitorar o cumprimento das medidas ambientais: A equipe responsável por fiscalizar o contrato tem a responsabilidade de acompanhar de perto para garantir que as empresas estejam realmente cumprindo todas as medidas ambientais que foram estabelecidas no contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS**

**16.1 – Os casos omissos serão decididos pela Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS**

**17.1 – As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta dos créditos sob classificação funcional programática nº XXXXXXXX– categoria econômica nº XXXXX do orçamento do DAAE para o exercício de 2026.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

**18.1 – Incumbirá à Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.**





---

## **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

19.1 – O Foro da Comarca de Araraquara será o competente para dirimir as controvérsias advindas do cumprimento deste Contrato.

## **DISPOSIÇÕES FINAIS**

E por assim estarem justas acordadas e contratadas, na melhor forma de direito, declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições constantes das cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes à matéria.

DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA, XX DE XXXX DE 2026.

Wilian Thomaz Marega  
Superintendente  
CONTRATANTE

XXXXXX  
Representante Legal  
CONTRATADA



**MODELO 06**

**(ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ PREENCHIDO POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO)**

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO  
CONTRATOS**

**CONTRATANTE:**

**CONTRATADA:**

**CONTRATO Nº (DE ORIGEM):**

**OBJETO:**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCE/SP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela Contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCE/SP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade de o Contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:**



**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo Contratante:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela Contratada:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_



---

**GESTOR DO CONTRATO:**

Nome:

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

(\*) - O Termo de Ciência e de Notificação deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e de Notificação, será ele objeto de notificação específica.



**MODELO 07**

**(ESTE DOCUMENTO SÓ SERÁ PREENCHIDO POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO)**

**DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE/SP**

**CONTRATANTE:**

**CNPJ N°:**

**CONTRATADA:**

**CNPJ N°:**

**CONTRATO N° (DE ORIGEM):**

**DATA DA ASSINATURA:**

**VIGÊNCIA:**

**OBJETO:**

**VALOR (R\$):**

Declaro (amos), na qualidade de responsável (is) pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

**LOCAL e DATA:**

**RESPONSÁVEL:**

**NOME:**

**CARGO:**

**E-MAIL:**

**ASSINATURA:** \_\_\_\_\_